


ATUAÇÃO DOS GRÊMIOS ESTUDANTIS EM CONTEXTOS DE DISPUTA: o currículo e as implicações da pedagogia histórico-crítica

THE PERFORMANCE OF STUDENT GROUPS IN DISPUTE CONTEXTS: the curriculum and the implications of historical-critical pedagogy

EL DESEMPEÑO DE GRUPOS DE ALUMNOS EN CONTEXTOS DE DESAFÍO: el currículo y las implicaciones de la pedagogía histórico-crítica

Katia Cristina Custódio Ferreira Brito

Doutora em Educação pela UFSCAR (2019). Mestre em Engenharia de Produção pela Universidade Federal de Santa Catarina (2003). Graduada em Pedagogia pela Universidade Federal de Goiás (1993). Professora da Universidade Federal do Tocantins (UFT), Campus de Palmas, Curso de Pedagogia e Programa de Pós-graduação em Educação (profissional).
katiacristina@uft.edu.br

 0000-0001-8519-4884

Adriano Pereira de Miranda

Mestrando em Educação pela Universidade Federal do Tocantins - UFT. Graduado em Pedagogia pela Faculdade Guarai (2006) e em Matemática pela Universidade Federal do Tocantins (2012). Especialista em Gestão Escolar (UFT-2008) e em Práticas Pedagógicas na Educação Infantil e Ensino Fundamental (FAG-2008). Docente na rede estadual de ensino do Tocantins e na rede municipal de Tocantínia-TO. adrianotj1@uft.edu.br

 0009-0004-1477-0513

Joildy Gomes Brito

Pedagoga pela Universidade Federal do Tocantins (2024). Especialista em Educação Especial na Perspectiva na Educação Inclusiva (Faculdade Gran, 2024). joildy.gomes@mail.uft.edu.br

 0009-0002-3682-731X

Ana Gabriela Ferreira Brito

Bacharel em Psicologia pelo Centro Universitário Luterano de Palmas (2018). Mestre em Ensino em Ciência e Saúde pela Universidade Federal do Tocantins (UFT) (2021). anagfbrito@gmail.com

 0000-0002-8533-7176

Correspondência: Universidade Federal do Tocantins - Avenida NS-15, Quadra 109 - Alcno 14, Norte, s/n - bloco D - Plano Diretor Norte, Palmas - TO, 77001-090

Recebido em: 01/04/2024
Aceito em: 01/09/2024
Publicado em: 30/11/2024

RESUMO:

O presente artigo aborda a participação estudantil em ações decisórias no âmbito escolar em um quadro de profundas transformações sociais. O objetivo deste artigo é investigar, por meio de pesquisa bibliográfica, as implicações da pedagogia histórico-crítica na formação cidadã e democrática dos alunos envolvidos em agremiações estudantis. Busca-se entender como essa abordagem pedagógica pode contribuir para a revitalização da participação estudantil em processos decisórios no âmbito escolar. Os embates empreendidos indicam riscos e traços de autoritarismo, revelando a possibilidade de retrocessos. Isso corrobora a necessidade de ações coletivas constantes e de esforços para resistir a tais ameaças, promovendo processos formativos democráticos e participativos.

PALAVRAS-CHAVE: Grêmios estudantis; gestão democrática; participação; Pedagogia histórico-crítica

Introdução

A organização dos movimentos estudantis e sua materialização nas unidades escolares por meio dos colegiados gremistas é uma constante demanda social, estruturante e imprescindível à promoção do direito à educação. Essa organização

permite aos estudantes, desde os anos iniciais de formação, uma compreensão coletiva sobre a necessidade de enfrentar as forças impostas pelo Estado e participar de uma formação política cidadã, participativa e democrática, essencial ao futuro de uma sociedade que vai além do capitalismo.

Diante disso, questiona-se: quais são as implicações da pedagogia histórico-crítica para o fortalecimento da participação estudantil, especialmente entre os alunos gremistas, nas decisões escolares que impactam tanto o ambiente escolar quanto a sociedade em geral? Assim, o objetivo deste artigo é investigar as implicações da pedagogia histórico-crítica na formação cidadã e democrática dos alunos envolvidos em grêmios estudantis. Especificamente, busca-se entender como essa abordagem pedagógica pode contribuir para a revitalização da participação estudantil em processos decisórios no âmbito escolar. Além disso, pretende-se identificar fatores que indiquem as possibilidades de fomento para um maior engajamento dos alunos gremistas em questões de interesse escolar e social, promovendo formação cidadã.

A metodologia utilizada foi pesquisa bibliográfica, que, segundo Severino (2013), é realizada por meio dos registros disponíveis e decorre de pesquisas anteriores, tendo como aporte livros, artigos, teses, dissertações, sites, etc. Essa modalidade de pesquisa é considerada uma das principais formas de análise do conhecimento científico, pois permite ao pesquisador conhecer o que já foi estudado sobre o assunto. Além disso, qualquer trabalho acadêmico necessita de um aporte teórico bem fundamentado em pesquisas consolidadas.

Para atingir o objetivo deste estudo, a partir da inquietação que levou à escrita do trabalho, buscou-se embasamento teórico em autores como Carvalho (2013), Brito (2019), Oliveira (2020), Santos (2007), Gadotti (2004), Saviani (2011), Saldanha (2005), Cruz (2020), Bezerra (2020), Groppo (2018), dentre outros.

De acordo com Santos (2007), apesar da importância dos estudantes na discussão de assuntos fundamentais ao desenvolvimento da sociedade brasileira, ainda é dada pouca atenção ao estudo do movimento estudantil. Para a autora “há inúmeras controvérsias em torno do caráter do movimento estudantil; as pesquisas são escassas, e a bibliografia sobre a participação política desse movimento é exígua” (p. 17), razão pela qual o presente trabalho torna-se relevante.

É importante destacar que, apesar da “escassez” apontada por Santos (2007), nos últimos anos o movimento estudantil e sua materialização nas escolas, por meio dos grêmios estudantis, tem se tornado tema de pesquisas no meio acadêmico, em

dissertações e teses, como pode ser observado em buscas na Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD¹). Ao fazer um levantamento específico sobre o tema “grêmios estudantis” no decênio 2014-2024 foram identificadas 61 produções científicas. Entretanto, esse quantitativo é considerado exíguo diante da importância do movimento estudantil em momentos decisórios da sociedade brasileira, bem como da relevância da temática para o país.

Desse modo, no presente artigo, inicialmente, apresenta-se os fundamentos teóricos da pedagogia histórico-crítica, com ênfase nas contribuições de Saviani, destacando como essa abordagem pode ser aplicada ao contexto dos grêmios estudantis para promover uma participação mais crítica e engajada dos estudantes. Em seguida aborda-se o papel histórico e contemporâneo dos movimentos estudantis no Brasil, analisando em que contexto as mobilizações – como a ocorrida em 2015, em São Paulo – exemplificam a resistência e o ativismo estudantil em face de reformas educacionais. Por fim, as considerações finais abordam como a pedagogia histórico-crítica pode contribuir para a superação de uma cultura antidemocrática e neoliberal, assim como a importância da participação efetiva dos estudantes na construção de uma educação mais justa e transformadora.

Pedagogia histórico-crítica: implicações na atuação do grêmio estudantil

De acordo com Brandão (2005, p. 7) “ninguém escapa da educação”. É por meio dela que o estudante tem contato com o conhecimento científico construído historicamente pela sociedade. Sendo assim, é papel da escola oportunizar aos discentes, de maneira equitativa, o acesso a tais conhecimentos. Nesse sentido, Saviani (2021, p. 14) aponta que “a escola existe, pois, para propiciar a aquisição dos instrumentos que possibilitam o acesso ao saber elaborado (ciência), bem como o próprio acesso aos rudimentos desse saber. As atividades da escola básica devem organizar-se a partir dessa questão”.

O processo de ensino escolarizado deve transcender a simples transmissão de conhecimento. É decisivo ensinar “para a vida” (grifo nosso), rompendo com os princípios da educação bancária, que se concentra exclusivamente na transmissão e recepção passiva.

¹ Disponível em: <https://bdt.d.ibict.br/vufind/>

O aluno aprende quando ele se torna sujeito de sua aprendizagem. E, para ele se tornar sujeito de sua aprendizagem, ele precisa participar das decisões que dizem respeito ao projeto da escola, projeto esse inserido no projeto de vida do próprio aluno. Não há educação e aprendizagem sem sujeito da educação e da aprendizagem. A participação pertence à própria natureza do ato pedagógico (Gadotti, 2004, p. 66).

Para alcançar essa finalidade é necessário que a escola vá além de simplesmente "ensinar conhecimentos" (grifo nosso) desconexos e aleatórios. Deve-se criar condições para que o conhecimento seja ensinado e assimilado pelos alunos de maneira significativa. Saviani (2021) argumenta que esse princípio só é atingido quando o conhecimento é "dosado" e sequenciado de modo que os estudantes possam dominá-lo de forma consolidada. Este conceito é reiterado na literatura acadêmica e é fundamental para uma educação crítica e emancipadora, que capacita os alunos a exercerem seu papel de agentes transformadores na sociedade.

A sociedade hodierna é estratificada em classes com interesses bastante opostos. A instrução generalizada da população é vista pela classe dominante como contrária aos seus interesses, pois, quanto mais acesso à educação a classe trabalhadora tiver mais esclarecida, política e socialmente, será. Por isso há uma "proposta capitalista" de educação em que o ensino não é igualitário para todos.

Para Martinez (2022), falar em

educação é pensar para além do limite, para além de uma sociedade do capital e de uma sociedade das coisas. Educação, por fim, é superar o estado de alienação global, e isso exige uma revolução cultural radical, que vá às raízes do que nos aliena (tirando-nos de nós mesmos) e do que nos retira sentido, de tudo que nos embota a consciência e a vontade de ver melhor o que se apresenta obscuro. É preciso ser muito mais do que uma educação de clientes (*clíens* = vassalo), que só se presta a reproduzir valores e a pactuar com o mecanismo de controle social (p. 137).

É preciso compreender que a função da escola não é somente uma preocupação curricular. Os currículos nucleares, centrados apenas em objetos de conhecimentos, habilidades e competências, são carregados de ideologias que acabam impondo o pensamento da classe dominante, que se sobrepõe aos anseios da classe dominada. Assim, "quanto mais as massas populares desvelam a realidade objetiva e desafiadora sobre a qual elas devem incidir sua ação transformadora, tanto mais se inserem nela

criticamente” (Freire, 2002, p, 40). A educação libertadora deve ter como foco o trabalhador, o estudante, o oprimido pela classe dominante. Isto posto, os estudantes devem utilizar a educação a seu favor para modificar o mundo ao seu redor e possibilitar relações mais democráticas e inclusivas.

A pedagogia histórico-crítica desenvolvida a partir das ideias iniciais de Karl Marx, Friedrich Engels, Jean-Jacques Rousseau, Antônio Gramsci e outros aborda temas importantes que contribuem para a elucidação da classe trabalhadora e dominada, procurando romper com a prática de imposição ideológica exercida pela classe dominante. Tais autores não escreveram, na sua época, especificamente sobre temas educacionais, processos de ensino e aprendizagem ou sobre o movimento estudantil e sua materialização nas unidades escolares por meio dos grêmios estudantis; no entanto, os princípios por eles desenvolvidos e construídos têm uma aplicação importante no desenvolvimento e fomento da democracia e da participação coletiva da classe trabalhadora e estudantil.

O âmbito escolar é um espaço onde ocorrem conflitos e contradições importantes para o exercício democrático e participativo por parte da comunidade e, principalmente, dos estudantes. A democracia nesse espaço deve ocorrer de forma participativa, viabilizando a materialização da gestão democrática. Segundo Carvalho (2013, p. 38), “a discussão a respeito da democracia é antiga e envolveu historicamente o debate sobre o grau de participação - direta ou indireta - dos cidadãos em temas públicos de interesse comum”.

Brito (2019) corrobora com as discussões já destacadas e ressalta que,

no processo de participação, evidenciam-se argumentos, formulam-se propostas, iniciam-se consensos. Atitudes que transformam todos aqueles que integram processos participativos. Assim, amplia-se um espaço público real, a partir da construção dialogada do interesse público, o que passa a ser o objetivo de todos. Diante do exposto, participar, também torna-se disputar sentidos e significados (p. 51).

Na criação e fomento aos grêmios estudantis é necessário que o processo democrático e participativo ocorra de maneira direta. Contudo a democracia representativa centrada apenas na eleição direta dos seus representantes limita a atuação dos demais, visto que há uma transferência de responsabilidade centrada na figura do sujeito eleito (Brito, 2019). Neste sentido, é importante que o grêmio escolar seja considerado pela equipe escolar e demais estudantes como um espaço de gestão

democrática onde impasses, discussões, contradições e o processo dialógico consensual sejam os princípios norteadores da atuação gremista.

Ressalta-se que o movimento estudantil e os grêmios são espaços latentes, cercados de lutas de classe. Neste sentido, é preciso que esse espaço de gestão democrática não esteja separado da luta da classe trabalhadora, assim, faz-se necessário superar essa dicotomia e participar de discussões e debates importantes para a sociedade em geral, tais como: ovação à ditadura, ataque às pesquisas científicas, exaltação da ignorância, sustentabilidade ambiental e social, xenofobia, *fake news*, etc, Bezerra (2020).

A proposição apresentada deixa claro que o grêmio estudantil não pode ser um espaço “neutro” e nem “apolítico”. Para Bezerra (2020),

isso revela, com nitidez, nossa postura em defender a organização estudantil para além dos muros da universidade, instituto ou escola, convocando-a para compor a luta anticapitalista, bem como buscar aliados igualmente combativos. (...) A educação não é uma ilha separada da sociedade. Lutar pela educação exige a luta contra o sistema que historicamente tem sabotado a humanização e pensamento crítico (...) da classe trabalhadora (p. 21).

Na mesma direção Carvalho (2013, p. 41) enfatiza que “é da luta entre os diversos grupos e corporações ou forças sociais que se pode criar uma consciência universal voltada para o bem comum público, sem, contudo, negar as individualidades e particularidades”. Para que essa luta ocorra é necessário que os estudantes estejam organizados. Neste sentido, Fernandes (1989, p. 217) afirma que são “nas coligações que ocorrem as primeiras tentativas organizadas dos trabalhadores se associarem entre si”.

No contexto das unidades de ensino, a classe estudantil só irá romper com a ideologia dominante e capitalista se unirem forças e se coligarem entre si. A materialização dessa organização, conforme já mencionado neste texto, se dá na efetivação dos grêmios estudantis. É por meio dessa entidade representativa que os estudantes podem lutar e defender seus ideais, superar a imposição do currículo estatal e desenvolver princípios democráticos, autônomos e participativos, pois a “luta de classe contra classe é uma luta política” (Fernandes, 1989, p. 218).

Historicamente sempre houve por parte dos movimentos estudantis um pertencimento à luta por melhorias políticas e sociais. De acordo com Araújo (2007),

ao longo da história os estudantes têm tido, em diferentes sociedades e em diferentes épocas, papel político relevante. Não é possível

nenhum tipo de insurreição, de resistência, de confronto político sem eles. (...) De todo jeito, é impossível pensar cenários políticos de ruptura e transição sem a presença e atuação estudantis (p. 15).

Por fim, é importante registrar que a instauração e consolidação da representatividade estudantil democrática por meio dos grêmios estudantis não garantem, necessariamente, aos alunos que a escola será democrática e que seus gestores abrirão espaços de efetiva participação. Nas escolas onde os estudantes resistem, eles o fazem com o propósito de superar as barreiras que se interpõem à participação dos alunos nas decisões escolares sobre a gestão, ou seja, da escola como um todo. Sobre tais processos de luta contra- hegemônica deve se observar que:

A construção de uma nova hegemonia precisa articular as lutas macrossociais com as microssociais, ou seja, abranger todos os espaços sociais possíveis compreendendo a sociedade civil e sociedade política. (...) No caso das escolas e universidades, estas são, pois, espaços concretos de luta política por democracia e participação efetivas que passa pela conquista do poder de decisão, diminuindo, assim, a distância entre dirigentes e dirigidos (Carvalho, 2013, p. 42).

Conforme apresentado, o poder de decisão num espaço democrático deve ser distribuído entre todos os seus participantes. Princípios democráticos e participativos precisam ser vivenciados desde o início da educação básica. É assim que se contribui para uma formação cidadã e política elucidativa, rompendo com o obscurantismo estrutural do Estado imposto aos estudantes. Cruz (2020, p. 34) deixa claro que “os movimentos estudantis são um espaço amplo e rico de experiências políticas”, haja visto que

[...] não nascemos participando, mas aprendemos a participar no exercício da vida em sociedade. A participação educativa tem papel transformador, mas, esta somente ocorrerá quando deixar de ser conteúdo a ser ensinado para ser *práxis*, uma mentalidade social que abranja os macros e micro espaços sociais. Sendo assim, a aprendizagem da efetiva participação somente se efetivará quando a microparticipação alicerçar a macroparticipação e esta orientar e incentivar aquela (Carvalho, 2013, p. 76).

Ainda sobre a emancipação política dos estudantes gremistas e a práxis participativa é importante frisar que os grêmios estudantis – como mecanismos de gestão democrática – devem ser espaços de luta constante contra a hegemonia

neofacista e todas as suas representações, inclusive a brasileira que, após o golpe de 2016 se materializou nas eleições de 2018 e desenvolveu a corrente de politização bolsonarista. Esse período de obscurecimento político e social ocorrido no Brasil ocasionou a proliferação de discurso de ódio e protofascista nunca presenciado na história, com o poder e apoio da classe média e da população pobre, movida por “princípios conservadoristas” e por pautas neopentecostais, conforme salientado por Cruz (2020).

Para romper com esse caráter e com o movimento conservador é necessário que as entidades estudantis se posicionem contra qualquer tipo de retrocesso político e democrático. A educação “deveria nos preparar para resistir às autoridades com dimensões altamente destrutivas” (Martinez, 2022, p. 165). Neste sentido, o autor argumenta, ainda:

Uma das tarefas da “educação para a vida”, portanto, é preparar o sujeito para a liberdade e igualdade. Um dos caminhos, certamente, seria “alavancar resistências ao mal”. Para tomar um caso concreto, o mal maior provém das ameaças e do enfraquecimento do modelo democrático; ao mesmo tempo em que há um recrudescimento do uso/abuso da coerção: uma espécie de Estado de Exceção Permanente (p. 169, 170).

A posição política do estudante diante da realidade econômica e social do país é um dos aspectos primordiais para conter os avanços da sociedade capitalista e egocêntrica na medida em que “o Brasil vive um processo de desinstitucionalização da república e de desmontagem da democracia sob a égide da economia política neoliberal” (Oliveira, 2018).

Assim, os estudantes, por meio de suas organizações representativas – que abarcam desde os grêmios estudantis até o movimento com maior representatividade brasileira, a União Nacional dos Estudantes (UNE) – têm um caminho a percorrer quanto ao seu posicionamento, de modo nítido e firme, contra as pautas voltadas aos interesses direitistas e à manutenção e controle do Estado e suas expressões capitalistas. Diante disso, é importante ressaltar, como afirma Saldanha (2005), que o movimento estudantil esteve sempre presente na vida política nacional e sua marca registrada ao longo de toda história sempre foi a “indignação ética e o repúdio às práticas imorais das elites brasileiras” (p. 72).

Movimentos estudantis no Brasil contemporâneo

Nos tempos de retrocesso democrático no país, a situação do movimento estudantil é complexa e ambígua. Frequentemente os estudantes são arrastados para a linha de frente da polarização política. Nesse sentido, a mobilização estudantil reativa, diante das crises sociais e das questões emergenciais, é uma tentativa de alterar tal realidade; entretanto, todo o seu efeito está diretamente relacionado ao papel de tais movimentos na luta pela democracia e pela política social.

É possível inferir que, historicamente, o movimento estudantil brasileiro militou em prol da educação pública. Os jovens, com suas ações, mostraram que a educação pode contribuir para importantes transformações sociais e com base em tal perspectiva fizeram da mesma uma das principais bandeiras da luta estudantil (Boutin & Flack, 2017, p. 228).

De outro lado, em contextos mais recentes, a mobilização estudantil se destacou em âmbito estadual no cenário da implementação de reformas educacionais. Em 2015, a proposta de reorganizar as escolas estaduais de São Paulo provocou uma onda de ocupações em diversas unidades. O projeto do governo do Estado visava o fechamento de mais de duzentas escolas, deslocar milhares de estudantes e, naturalmente, provocar um processo de reorganização do trabalho docente.

A primeira escola a reagir ao “plano desorganizador”, como foi chamado pelos estudantes, foi a Escola Estadual Diadema, no ABC paulista, no dia 9 de novembro, [...] Nos próximos dias, as ocupações passariam a se capilarizar de maneira não ordenada, e extremamente rápida, por todo o estado. Norteados pela palavra de ordem “não fechem nossa escola!”, os estudantes ocuparam as unidades de ensino trancando portões, vigiando janelas e acessos, encastelando-se nas unidades e fazendo uma defesa radical pela sobrevivência do espaço escolar, agora em disputa (Paes & Pipano, 2017, p. 11).

Da mesma forma, houve muita resistência à proposta por parte de vários grupos nas escolas, como professores, pais, estudantes e especialistas em educação. Quando a Secretaria da Educação e representantes do governo Estadual se recusaram a dialogar sobre a proposta e as alterações planejadas, os alunos reagiram organizando eventos e greves em prol do destino da educação.

Grosso (2018) analisa o fenômeno das ocupações escolares e ressalta a ampliação e diversidade de demandas que uniram os estudantes. Entre o final de 2015 e o início de 2016, os estados de São Paulo, Rio de Janeiro, Goiás, Ceará e Rio Grande do Sul foram pioneiros nas ocupações. Nessas regiões, os estudantes se mobilizaram contra as políticas educacionais neoliberais implementadas pelos governos estaduais. Em outubro de 2016 o movimento ganhou força no Paraná, onde estudantes do ensino médio deram início a novas ocupações que se espalharam rapidamente para universitários e outros estados do país.

A organização estudantil, resultou em ocupações em 22 dos 26 estados brasileiros, além do Distrito Federal. As demandas dessa fase incluíam a oposição à reforma do ensino médio e à PEC dos gastos, consolidando uma frente nacional de resistência estudantil conforme ressaltado por Ribeiro (2019).

Pode-se observar que as campanhas organizadas pelos estudantes para contestar essas reformas têm sido uma forma de garantir que mantenham sua voz ativa nas questões que afetam suas vidas e suas instituições educacionais.

O caráter formativo das ocupações se constitui na luta dos estudantes por uma escola pública e de qualidade, também por ensaiarem um novo formato escolar nas ocupações a partir da auto-organização dos jovens, o que possibilitou aos estudantes vivenciarem a experiência de uma democracia ampliada, na qual todos os sujeitos envolvidos agem efetivamente no processo, potencializando o caráter formativo neste transcurso (David & Martins, 2022, p. 327).

Para superar esses problemas e fortalecer sua autoridade, os grêmios devem propor caminhos de diálogo e participação, incluindo a organização de debates e análise de conjunturas nacionais e internacionais. Em meio a constantes transformações sociais e novas formas de organização econômica excludente e velada, os grêmios atraem um papel importante na formação de uma sociedade justa e democrática. Conforme Bittar & Bittar (2014),

em decorrência disso e das mudanças sociais, culturais e políticas operadas no âmbito da globalização e da revolução técnico-científica, que inauguraram novas formas de relação entre as pessoas, os movimentos estudantis também não são mais os mesmos. No entanto, não se pode dizer que os estudantes estejam desinteressados da participação política (p. 157).

Destarte, a situação atual dos grêmios estudantis no Brasil revela a necessidade de iniciativas importantes e urgentes, tais como posicionamento político e discussão de pautas que vão além de ações pedagógicas, culturais ou esportivas. Além de se oporem às atuais estruturas de poder, esses movimentos são úteis para a formação de cidadãos democráticos.

Conclusões

A pedagogia histórico-crítica, conforme desenvolvida por Saviani (2021), oferece um quadro teórico que enfatiza a formação crítica dos alunos e a capacidade de intervenção social. Este enfoque teórico destaca a importância da compreensão da educação como um processo histórico e dialético, que não se limita à mera transmissão de conhecimento, mas visa à formação de sujeitos críticos e conscientes de seu papel na sociedade. No contexto dos grêmios estudantis essa abordagem pode revelar-se especialmente pertinente.

Seguindo a mesma linha argumentativa, a educação não deve se limitar à instrução técnica, mas, necessita, também, estabelecer as bases para a cidadania ativa e crítica. Nesse contexto, o próprio grêmio, que é uma instituição de participação e representação dos alunos na governança escolar, pode ter ganhos substanciais seguidos dos princípios da pedagogia histórico-crítica.

A presença dos princípios da pedagogia histórico-crítica na composição dos grêmios pode tornar suas ações mais significativas e efetivas. Assim, ao intermediar práticas de caráter crítico e democrático, os grêmios tornam-se atrativos aos estudantes e podem propiciar a mobilização de estudantes não só politicamente participativos, mas contundentes na defesa e prática dos direitos de participação. Desse modo, a pedagogia histórico-crítica contribui de forma efetiva para que o estudante se reconheça como classe e vislumbre, por meio de sua atuação, possibilidades de transformação social.

Conforme apresentado, a pedagogia histórico-crítica tem papel fundamental na implantação e fomento dos grêmios estudantis nas escolas públicas de maneira a elucidar o pensamento político, participativo e autônomo dos alunos que os compõem. É de sua importância, de acordo com Brito (2019, p. 45), "que as pessoas comuns estejam presentes na gestão das empresas, das escolas, enfim, que a participação democrática faça parte de seu dia a dia".

Sendo assim, a participação estudantil se concretizará na medida em que os sujeitos sociais compreenderem seus papéis sociais, bem como os espaços de gestão democrática existentes dentro da esfera educacional. No caso dos estudantes da educação básica, o espaço a ser conquistado para atuar e decidir é, dentre outros, o grêmio estudantil.

Portanto, o que define o caminho para uma gestão democrática e participativa da escola é o quanto a equipe gestora está disposta a possibilitar à comunidade local e ao estudante a participação em processos decisórios, haja vista que a implementação deste órgão intercolégiado em caráter perene contribui para a superação da gestão gerencialista e abre os rumos para uma gestão verdadeiramente democrática.

Como espaços democráticos, os grêmios estudantis precisam se posicionar fortemente contra qualquer imposição do Estado e do capital. Para isso, é necessário que estes sejam instigados a não apenas participar das discussões de pautas definidas pela gestão escolar, mas que ao participarem sejam ouvidos e que suas contribuições sejam levadas em consideração, pois a contradição, a dialética e o consenso são marcas fundamentais da aplicabilidade da pedagogia histórico-crítica.

Destarte, só assim se efetiva o rompimento dessa lógica cultural antidemocrática e liberal por meio da movimentação participativa; para tanto, é preciso provocar os ocupantes de cargos de gestão e, da mesma forma, os estudantes devem compreender que suas posições e decisões no conselho sofrem interferência e interferem na mudança que querem construir.

Enfim, reitera-se que a aprendizagem da democracia e da participação no grêmio estudantil não se constitui em uma atitude espontaneísta mas exige a manutenção de processos democráticos de composição e atuação para a compreensão do fazer político e do que isso significa na sociedade.

Referências

Araújo, M. P. (2007). *Memórias estudantis: da fundação da UNE aos nossos dias*. Relume Dumará: Fundação Roberto Marinho.

- Bezerra, H. de S (2020). Movimento estudantil e os desafios da tarefa histórica. In: Oliveira, V. F. R. *Movimento estudantil: diálogos e perspectivas em debate*. Editora CRV.
- Bittar, M., & Bittar, M. (2014). Os movimentos estudantis na História da Educação e a luta pela democratização da universidade. *EccoS – Revista Científica*, (34), 143-159. <https://doi.org/10.5585/eccos.n34.4346>
- Boutin, A. C. B. D., & Flach, S. F. (2017) Movimento estudantil brasileiro: da formação às estratégias de luta na atualidade. *Educação em Perspectiva*, 8(2), 215-231. <https://doi.org/10.22294/eduper/ppge/ufv.v8i2.882>
- Brandão, C. R. (2013). *O que é educação*. São Paulo: Brasiliense. (Coleção primeiros passos).
- Brito, K. C. C. F. (2019). *O Programa Nacional de Fortalecimento dos Conselhos Escolares: um estudo no município de Palmas - TO*. [Tese de Doutorado. Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal de São Carlos].
- Carvalho, R. F. (2013). *Gestão e participação universitária no século XXI*. Editora CRV.
- Cruz, M. L. R. B. (2020). Movimento estudantil e a luta anticapitalista: perspectivas e desafios. In: Oliveira, V. F. R de. *Movimento estudantil: diálogos e perspectivas em debate*. Editora CRV.
- David, F. M., & Martins, S. A. (2021). As ocupações secundaristas em Francisco Beltrão-PR – 2016: fazer-se e experiências. *Linhas Críticas*, 27, e36442. <https://doi.org/10.26512/lc.v27.2021.36442>
- Fernandes, F. K. Marx., & F. Engels. (1989). 3. ed. Editora Ática. (Coleção grandes cientistas sociais).
- Freire, P. (2002). *Pedagogia do oprimido*. 1. ed. Paz e Terra.
- Gadotti, M. R. J. (2004.) *Autonomia da escola: princípios e propostas*.. 6. ed. Cortez: Instituto Paulo Freire. (Guia da escola cidadã, vol. 1).
- Grosso, L. A. (2018). O novo ciclo de ações coletivas juvenis no Brasil. In: Costa, A. A. F & G. L. A (Org.). *O movimento de ocupações estudantis no Brasil*. Pedro & João Editores. p. 85-117.
- Martinez, V. C. (2022). Educação antifascista: educação após Auschwitz, um combate à "consciência maquínica". In: Neto, L. B & Oliveira, E. R (Org). *Marxismo e Educação: contribuições para a discussão sobre o papel do Estado numa concepção marxiana*. Pedro & João Editores.
- Nardi, E. L., & Cardozo, M. J. P. B (Org.). (2019). *Democracia e gestão da educação em perspectiva*. Mercado de Letras.
- Oliveira, P. (2018). Marilena Chauí e o neoliberalismo. *Vermelho - a esquerda bem informada*. <https://vermelho.org.br/2018/09/26/marilena-chau-i-e-o-neoliberalismo/>
- Paes, B. T., & Pipano, I. (2017). Escolas de luta: cenas da política e educação. *ETD - Educação Temática Digital*, 19(1), 6–25. <https://doi.org/10.20396/etd.v19i1.8647799>

Ribeiro, R. A., & Pulino, L. H. C. Z. (2019). Outubro, 2016, Brasil - as ocupações de escolas brasileiras da rede pública pelos secundaristas: contextualização e caracterização. *Revista Psicologia Política, 19*(45), 286-300. Recuperado em 04 de agosto de 2024, de http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1519-549X2019000200011&lng=pt&tlng=pt.

Saldanha, A. (2005). *A UNE e o mito do poder jovem*. Edufal.

Santos, J. S. (2007). *O sonho de uma geração: o movimento estudantil Goiás e Tocantins*. Ed. da UCG.

Saviani, D. (2021). *Pedagogia histórico-crítica: primeiras aproximações*. 11. ed. Autores Associados. (Coleção educação contemporânea).

Severino, A. J. (2013). *Metodologia do trabalho científico*. 1. ed. Cortez. (Livro eletrônico).

ABSTRACT:

This article deals with student participation in decision-making at school in a context of profound social transformations. The aim of this article is to investigate, through bibliographical research, the implications of historical-critical pedagogy for the democratic and civic education of students involved in student organizations. The aim is to understand how this pedagogical approach can contribute to revitalizing student participation in decision-making processes at school. The struggles undertaken indicate risks and traces of authoritarianism, revealing the possibility of setbacks. This corroborates the need for constant collective action and efforts to resist such threats, promoting democratic and participatory training processes.

KEYWORDS: Student council; democratic management; participation; critical-historical pedagogy.

puede contribuir a revitalizar la participación de los estudiantes en los procesos de toma de decisiones en la escuela. Las luchas emprendidas indican riesgos y rastros de autoritarismo, revelando la posibilidad de retrocesos. Esto corrobora la necesidad de una acción colectiva constante y de esfuerzos para resistir a tales amenazas, promoviendo procesos de formación democráticos y participativos.

PALABRAS CLAVE: Consejo de estudiantes; gestión democrática; participación; pedagogía crítico-histórica.

RESUMEN:

Este artículo trata de la participación de los alumnos en la toma de decisiones en la escuela en un contexto de profundas transformaciones sociales. El objetivo de este artículo es investigar, a través de la investigación bibliográfica, las implicaciones de la pedagogía histórico-crítica para la educación democrática y cívica de los estudiantes que participan en organizaciones estudiantiles. Se trata de comprender cómo este enfoque pedagógico